



ACE V

# RESOLUÇÃO DE QUESTÕES DE ÉTICA E LEGISLAÇÃO E PERÍCIA CONTÁBIL DO ENADE E EXAME DE SUFICIÊNCIA

Alícia Carla Almeida Cardoso  
Mickaela Severino de Araújo  
Josiane de Oliveira Pereira  
Yasmim Alves da Silva

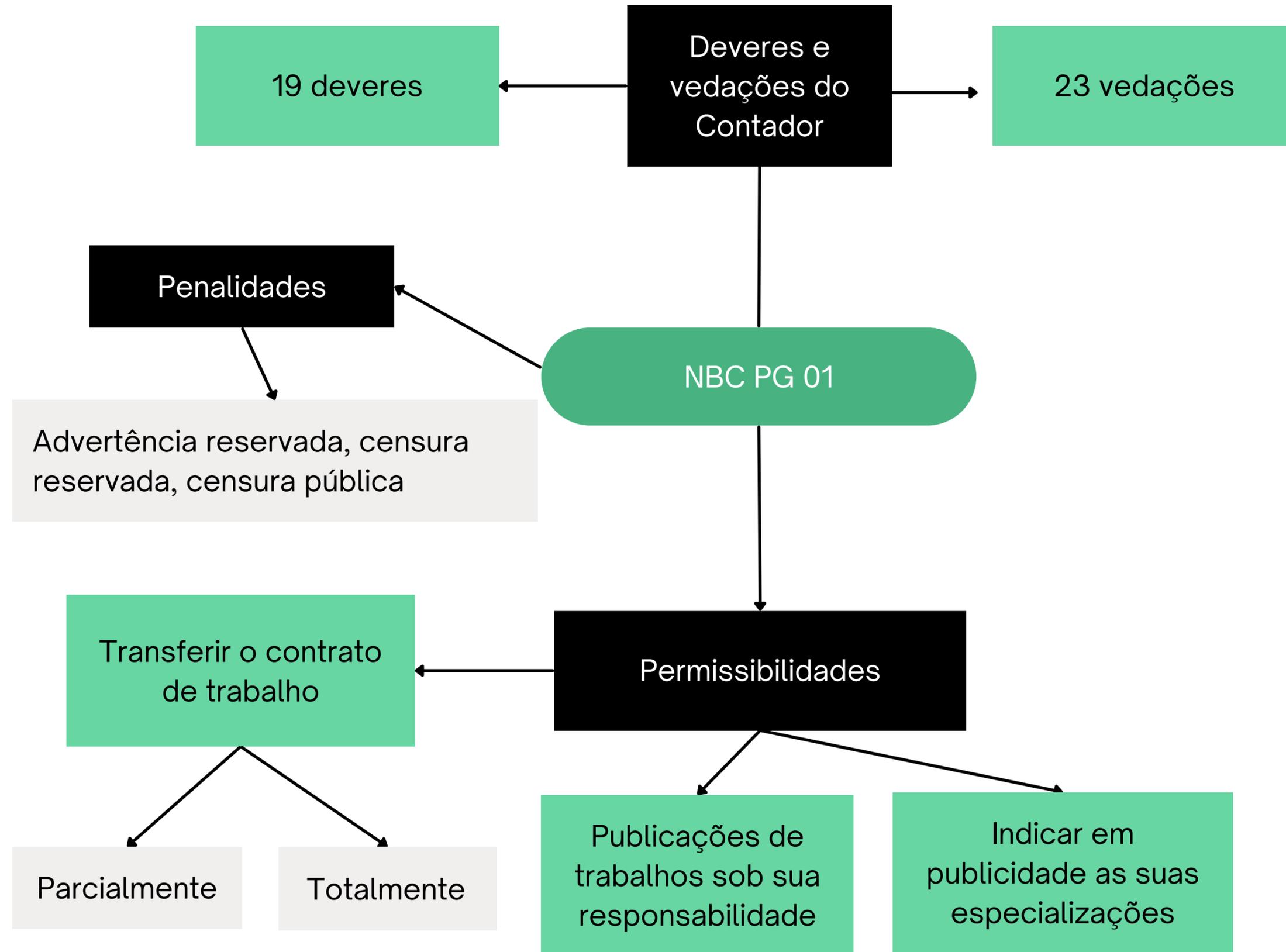


# Tópicos



- Questões do Enade de Ética e Legislação
- Questões do Exame de Suficiência de Ética e Legislação
- Questões do Enade de Perícia Contábil
- Questões do Exame de Suficiência de Perícia Contábil

# MAPA MENTAL ÉTICA E LEGISLAÇÃO



# MAPA MENTAL ÉTICA E LEGISLAÇÃO

## Deveres do Contador - NBC PG 01

Zelo

Diligência

Honestidade

Capacidade  
Técnica

Relacionado ao  
exercício da profissão

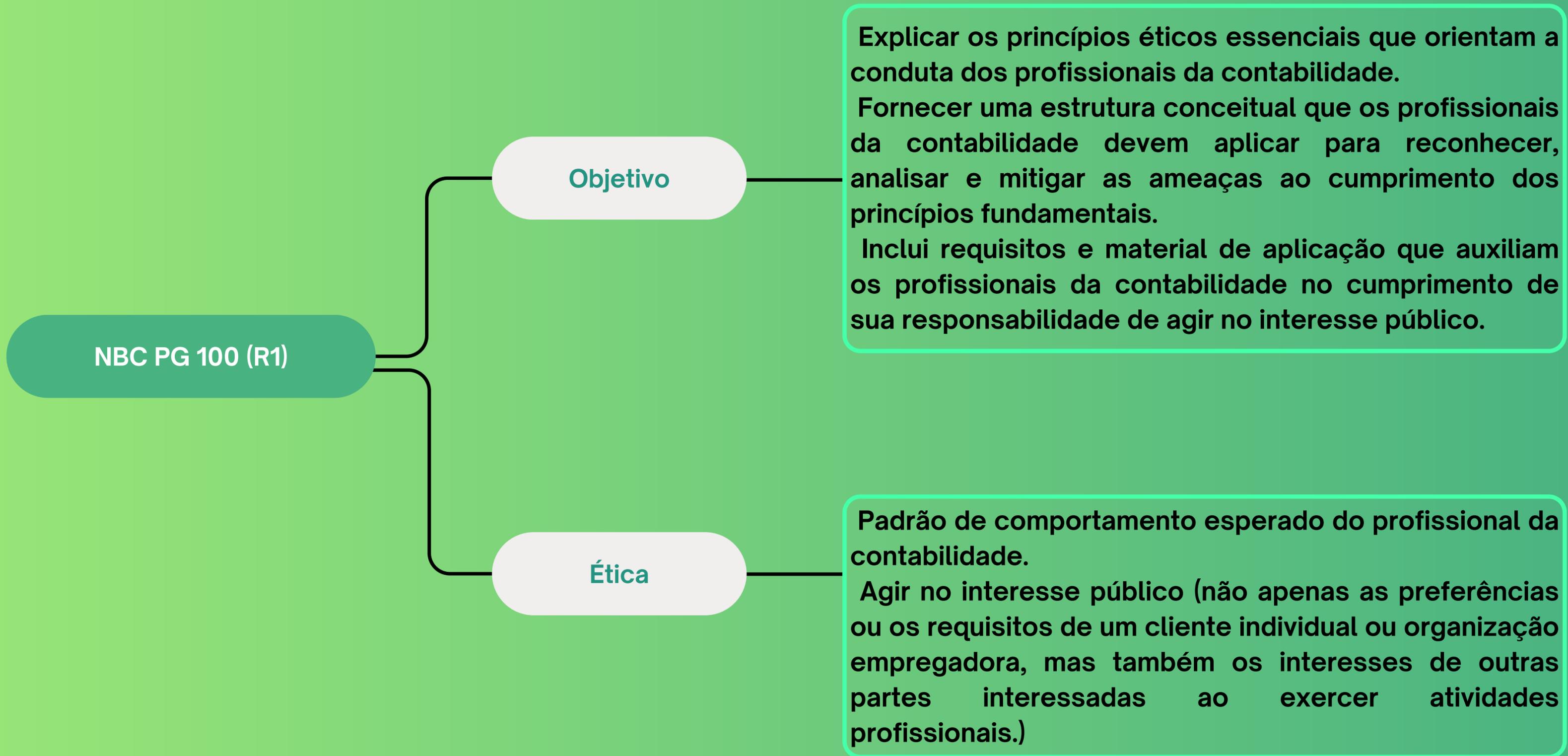
Consideração

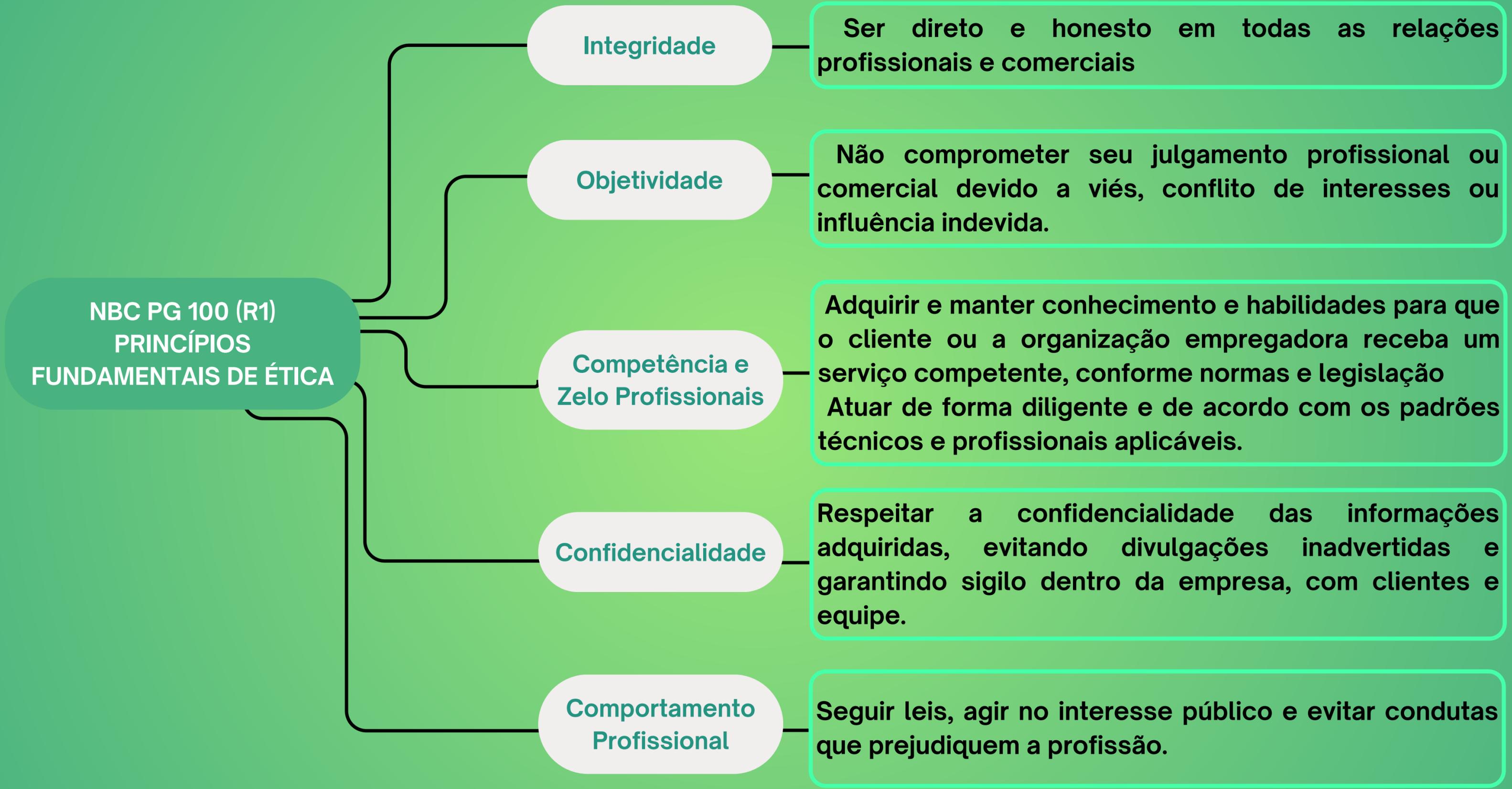
Apreço

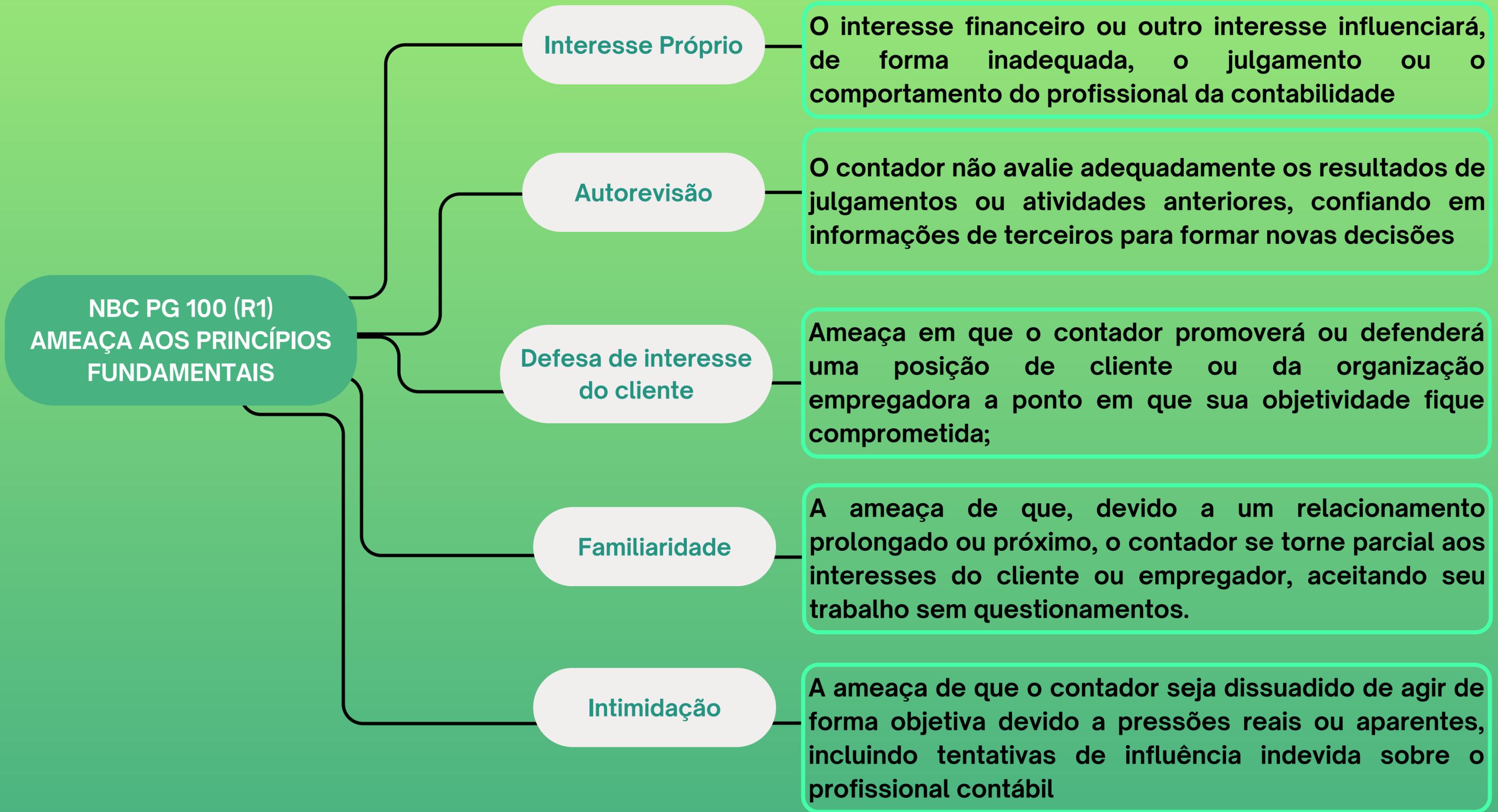
Respeito

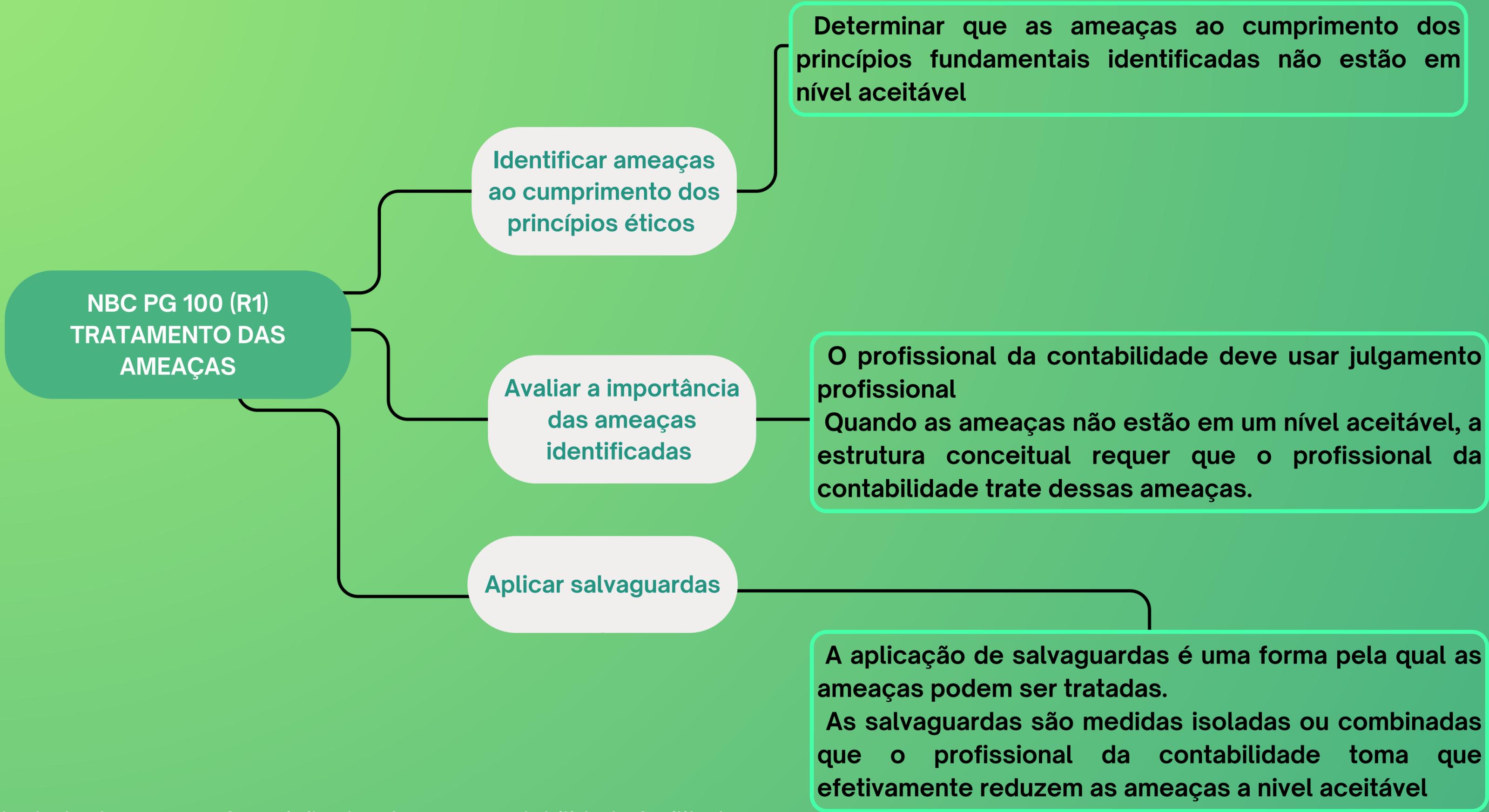
Solidariedade

Relacionado aos  
colegas e a classe









**NBC PG 100 (R1)  
TRATAMENTO DAS  
AMEAÇAS**

**Identificar ameaças  
ao cumprimento dos  
princípios éticos**

Determinar que as ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais identificadas não estão em nível aceitável

**Avaliar a importância  
das ameaças  
identificadas**

O profissional da contabilidade deve usar julgamento profissional  
Quando as ameaças não estão em um nível aceitável, a estrutura conceitual requer que o profissional da contabilidade trate dessas ameaças.

**Aplicar salvaguardas**

A aplicação de salvaguardas é uma forma pela qual as ameaças podem ser tratadas.  
As salvaguardas são medidas isoladas ou combinadas que o profissional da contabilidade toma que efetivamente reduzem as ameaças a nível aceitável



**TOTAL: 2 QUESTÕES**

**Quantidade de  
Questões de Ética  
e Legislação nas  
Edições do Enade  
2018 e 2022**

## **Questão 15 (ENADE 2022) - Ética e Legislação:**

**A NBC PG 01, que trata do Código de Ética Profissional do Contador, tem por objetivo fixar a conduta do contador no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. O profissional de contabilidade deve seguir os preceitos estabelecidos nessa norma, nas demais Normas Brasileiras de Contabilidade e na legislação vigente.**

**Disponível em: <https://www1.cfc.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2022 (adaptado).**

**Considerando essa situação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:**

**I. O contador deve exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público e os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo à dignidade e à independência profissional.**

**II. O contador deve abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, mantendo a independência profissional**

**A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.**

**A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.**

**B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.**

**C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.**

**D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.**

**E) As asserções I e II são proposições falsas.**

**I. O contador deve exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público e os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo à dignidade e à independência profissional.**

**II. O contador deve abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, mantendo a independência profissional**

**I. O contador deve exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público e os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo à dignidade e à independência profissional.**

**II. O contador deve abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto do trabalho, mantendo a independência profissional**

## **GABARITO:**

**B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.**

### **Justificativa:**

**As duas alternativas são verdadeiras, mas a II não explica ou justifica a I de forma adequada, pois a independência profissional não é a única razão pela qual o contador deve ser diligente, honesto e manter a ética em sua atuação. A I abrange um espectro mais amplo de qualidades que o contador deve ter em seu trabalho, enquanto a II se foca mais em um aspecto específico.**

## **Questão 32 (ENADE 2018) - Ética e Legislação:**

**Considerando o estabelecido no Código de Ética Profissional do Contador, avalie as afirmações a seguir.**

**I. Se os diretores de uma empresa determinarem ao contador que não registre um passivo ambiental no ano corrente porque isso afetará o processo de obtenção de uma licença ambiental pela empresa, o contador deve acatar a determinação, com a ressalva de que ele possa estornar o lançamento no ano seguinte.**

**II. Um contador que rescinde o contrato de prestação de serviços contábeis dada a inadimplência de seu cliente, e que se nega a atender a solicitação de informações feita pelo novo contador do cliente, argumentando que só as fornecerá após receber os honorários a ele devidos, age de acordo com o estabelecido no referido código profissional.**

**III. Um contador que anuncia seus serviços em uma revista de negócios, enaltecendo as próprias qualificações profissionais e acadêmicas e citando alguns nomes importantes de sua carteira de clientes, adota conduta amparada no código de ética de sua profissão.**

**IV. De acordo com o código de ética da profissão, é permitido a um contador aceitar prestar serviços contábeis a uma empresa que explora a atividade de produção e distribuição de filmes eróticos adultos.**

**É correto o que se afirma em**

- A) I e II, apenas.**
- B) I e IV, apenas.**
- C) II e III, apenas.**
- D) III e IV, apenas.**
- E) I, II, III e IV**

**I. Se os diretores de uma empresa determinarem ao contador que não registre um passivo ambiental no ano corrente porque isso afetará o processo de obtenção de uma licença ambiental pela empresa, o contador deve acatar a determinação, com a ressalva de que ele possa estornar o lançamento no ano seguinte.**

**II. Um contador que rescinde o contrato de prestação de serviços contábeis dada a inadimplência de seu cliente, e que se nega a atender a solicitação de informações feita pelo novo contador do cliente, argumentando que só as fornecerá após receber os honorários a ele devidos, age de acordo com o estabelecido no referido código profissional.**

**I. Se os diretores de uma empresa determinarem ao contador que não registre um passivo ambiental no ano corrente porque isso afetará o processo de obtenção de uma licença ambiental pela empresa, o contador deve acatar a determinação, com a ressalva de que ele possa estornar o lançamento no ano seguinte.**

**II. Um contador que rescinde o contrato de prestação de serviços contábeis dada a inadimplência de seu cliente, e que se nega a atender a solicitação de informações feita pelo novo contador do cliente, argumentando que só as fornecerá após receber os honorários a ele devidos, age de acordo com o estabelecido no referido código profissional.**

**III. Um contador que anuncia seus serviços em uma revista de negócios, enaltecendo as próprias qualificações profissionais e acadêmicas e citando alguns nomes importantes de sua carteira de clientes, adota conduta amparada no código de ética de sua profissão.**

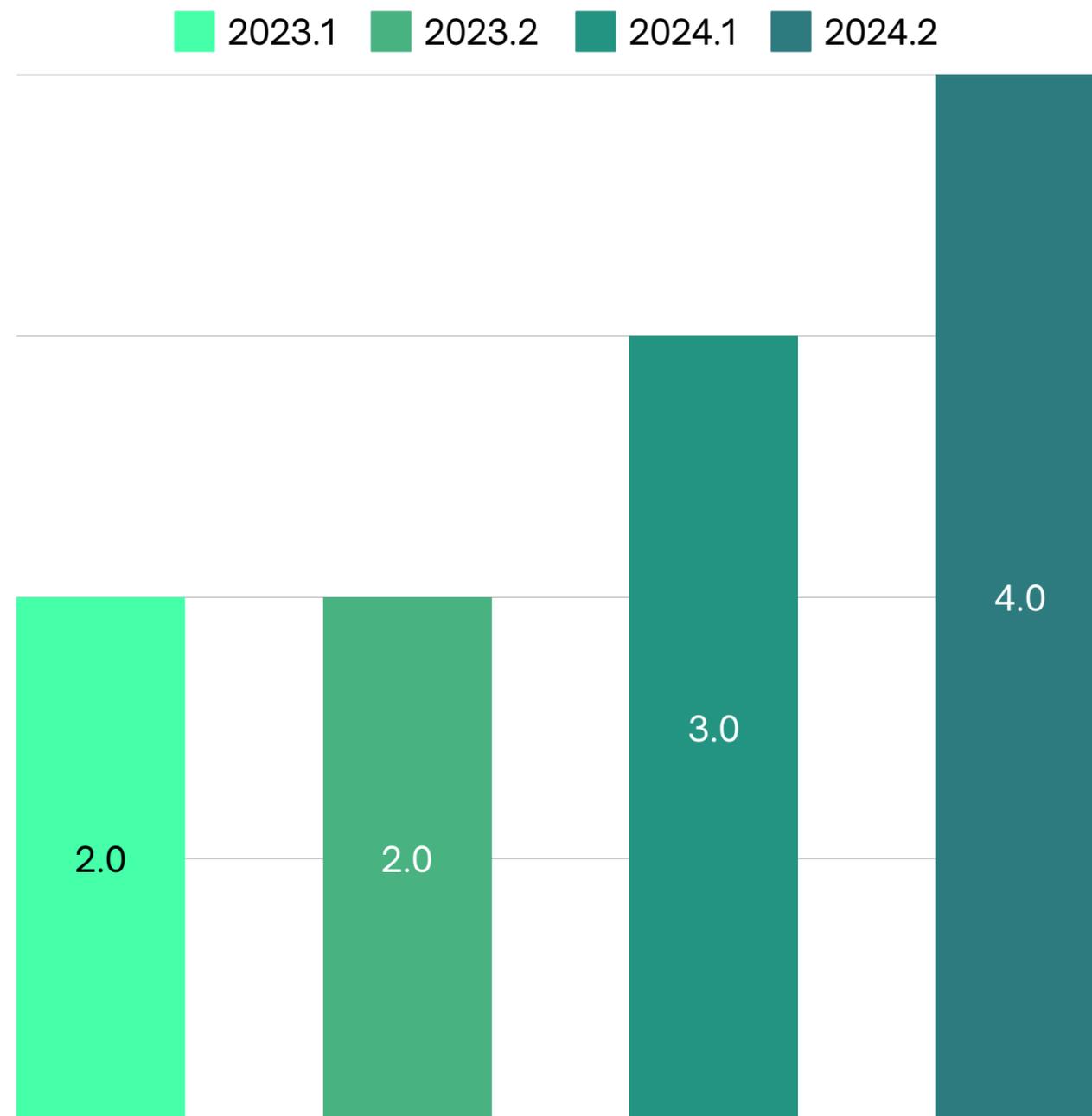
**IV. De acordo com o código de ética da profissão, é permitido a um contador aceitar prestar serviços contábeis a uma empresa que explora a atividade de produção e distribuição de filmes eróticos adultos.**

III. Um contador que anuncia seus serviços em uma revista de negócios, enaltecendo as próprias qualificações profissionais e acadêmicas e citando alguns nomes importantes de sua carteira de clientes, adota conduta amparada no código de ética de sua profissão.

IV. De acordo com o código de ética da profissão, é permitido a um contador aceitar prestar serviços contábeis a uma empresa que explora a atividade de produção e distribuição de filmes eróticos adultos.

**GABARITO:**

**D) III e IV, apenas.**



**TOTAL: 11 QUESTÕES**

**Quantidade de Questões de Ética e Legislação nas Edições do Exame de 2023 e 2024**

**Questão 37 (Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Ética e Legislação:**

**Com base na NBC PG 100 (R1) – Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual, analise as afirmativas a seguir.**

**I. O profissional da contabilidade tem a obrigação de cumprir os princípios fundamentais de Ética Profissional. Contudo, poderá haver casos de conflito na aplicação prática dos princípios, ocasião em que o profissional deverá, sempre de maneira anônima, consultar o respectivo Conselho Regional de Contabilidade, ficando vinculado ao parecer obtido, eximindo-se do dever de julgamento profissional.**

**II. O profissional da contabilidade não deve, de forma consciente, estar associado a relatórios, declarações, comunicações ou outras informações que acredita conter informações ou declarações significativamente falsas ou enganosas. Essa obrigação está diretamente relacionada à observância do princípio fundamental da Integridade.**

**III. Em respeito ao princípio fundamental da confidencialidade, é vedado ao profissional de contabilidade divulgar informações confidenciais de clientes ou da entidade empregadora, enquanto perdurar seu vínculo com essas pessoas, ainda quando solicitado para a produção de evidências em procedimentos legais.**

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I.**
- B) II.**
- C) I e II.**
- D) II e III.**

**I. O profissional da contabilidade tem a obrigação de cumprir os princípios fundamentais de Ética Profissional. Contudo, poderá haver casos de conflito na aplicação prática dos princípios, ocasião em que o profissional deverá, sempre de maneira anônima, consultar o respectivo Conselho Regional de Contabilidade, ficando vinculado ao parecer obtido, eximindo-se do dever de julgamento profissional.**

**II. O profissional da contabilidade não deve, de forma consciente, estar associado a relatórios, declarações, comunicações ou outras informações que acredita conter informações ou declarações significativamente falsas ou enganosas. Essa obrigação está diretamente relacionada à observância do princípio fundamental da Integridade.**

**III. Em respeito ao princípio fundamental da confidencialidade, é vedado ao profissional de contabilidade divulgar informações confidenciais de clientes ou da entidade empregadora, enquanto perdurar seu vínculo com essas pessoas, ainda quando solicitado para a produção de evidências em procedimentos legais.**

**I. O profissional da contabilidade tem a obrigação de cumprir os princípios fundamentais de Ética Profissional. Contudo, poderá haver casos de conflito na aplicação prática dos princípios, ocasião em que o profissional deverá, sempre de maneira anônima, consultar o respectivo Conselho Regional de Contabilidade, ficando vinculado ao parecer obtido, eximindo-se do dever de julgamento profissional.**

**II. O profissional da contabilidade não deve, de forma consciente, estar associado a relatórios, declarações, comunicações ou outras informações que acredita conter informações ou declarações significativamente falsas ou enganosas. Essa obrigação está diretamente relacionada à observância do princípio fundamental da Integridade.**

**III. Em respeito ao princípio fundamental da confidencialidade, é vedado ao profissional de contabilidade divulgar informações confidenciais de clientes ou da entidade empregadora, enquanto perdurar seu vínculo com essas pessoas, ainda quando solicitado para a produção de evidências em procedimentos legais.**

**I. O profissional da contabilidade tem a obrigação de cumprir os princípios fundamentais de Ética Profissional. Contudo, poderá haver casos de conflito na aplicação prática dos princípios, ocasião em que o profissional deverá, sempre de maneira anônima, consultar o respectivo Conselho Regional de Contabilidade, ficando vinculado ao parecer obtido, eximindo-se do dever de julgamento profissional.**

**II. O profissional da contabilidade não deve, de forma consciente, estar associado a relatórios, declarações, comunicações ou outras informações que acredita conter informações ou declarações significativamente falsas ou enganosas. Essa obrigação está diretamente relacionada à observância do princípio fundamental da Integridade.**

**III. Em respeito ao princípio fundamental da confidencialidade, é vedado ao profissional de contabilidade divulgar informações confidenciais de clientes ou da entidade empregadora, enquanto perdurar seu vínculo com essas pessoas, ainda quando solicitado para a produção de evidências em procedimentos legais.**

## **GABARITO:**

**B) II**

### **Justificativa:**

**I. NBC PG 100, 110.2A2 O profissional da contabilidade pode enfrentar uma situação na qual o cumprimento com um princípio fundamental esteja em conflito com um ou mais princípios fundamentais. Nessa situação, ele pode considerar a consulta, de forma anônima se necessário (...) Entretanto, essa consulta não desobriga o profissional da contabilidade da responsabilidade de exercer julgamento profissional para resolver o conflito ou, se necessário e salvo se proibido por lei ou regulamento, desassociar-se do assunto que criou o conflito.**

**II. NBC PG 100, R111.2 O profissional da contabilidade não deve, de forma consciente, estar associado com relatórios, declarações, comunicações ou outras informações nos quais ele acredita que as informações:**

- (a) contenham declaração significativamente falsa ou enganosa;**
- (b) contenham declarações ou informações fornecidas de maneira leviana; ou**
- (c) omitam ou ocultem informações necessárias em casos em que essa omissão ou ocultação seria enganosa.**

### **III. NBC PG 100, 114.1A1**

**Não obstante, as seguintes circunstâncias nas quais os profissionais da contabilidade são ou podem ser solicitados a divulgar informações confidenciais ou nas quais essa divulgação pode ser apropriada:**

- (a) a divulgação é exigida por lei (...)**

## **Questão 40 (Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) - Ética e Legislação:**

**Analise as afirmativas a seguir.**

**I. O Código de Ética do Profissional do Contador fixa a conduta do profissional de contabilidade quando no exercício da sua atividade não se estendendo aos assuntos relacionados à classe.**

**II. A conduta ética do contador se restringe, exclusivamente, aos preceitos estabelecidos na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.**

**III. O Código de Ética Profissional do Contador não se aplica ao técnico em contabilidade, que tem o seu próprio Código.**

**Está INCORRETO o que se afirma em**

**A) I, II e III; B) I, apenas; C) II, apenas.; D) III, apenas.**

**I. O Código de Ética do Profissional do Contador fixa a conduta do profissional de contabilidade quando no exercício da sua atividade ~~não se estendendo aos assuntos relacionados à classe.~~**

**II. A conduta ética do contador se restringe, exclusivamente, aos preceitos estabelecidos na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.**

**III. O Código de Ética Profissional do Contador não se aplica ao técnico em contabilidade, que tem o seu próprio Código.**

**I. O Código de Ética do Profissional do Contador fixa a conduta do profissional de contabilidade quando no exercício da sua atividade não se estendendo aos assuntos relacionados à classe.**

**II. A conduta ética do contador se restringe, ~~exclusivamente~~, aos preceitos estabelecidos na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.**

**III. O Código de Ética Profissional do Contador não se aplica ao técnico em contabilidade, que tem o seu próprio Código.**

**I. O Código de Ética do Profissional do Contador fixa a conduta do profissional de contabilidade quando no exercício da sua atividade ~~não se estendendo aos assuntos relacionados à classe.~~**

**II. A conduta ética do contador se restringe, ~~exclusivamente~~, aos preceitos estabelecidos na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.**

**III. O Código de Ética Profissional do Contador ~~não se aplica ao técnico~~ em contabilidade, que tem o seu próprio Código.**

I. O Código de Ética do Profissional do Contador fixa a conduta do profissional de contabilidade quando no exercício da sua atividade ~~não se estendendo aos assuntos relacionados à classe.~~

II. A conduta ética do contador se restringe, ~~exclusivamente~~, aos preceitos estabelecidos na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador.

III. O Código de Ética Profissional do Contador ~~não se aplica ao técnico~~ em contabilidade, que tem o seu próprio Código.

**GABARITO:**

**A) I, II e III**

**Questão 41 (Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Ética e Legislação:**

**As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam e conceituam dois tipos de contadores: contador interno e externo.**

**A esse respeito, e, ainda, considerando o disposto na NBC PG 200 (R1) que dispõe sobre contadores empregados (contadores internos), assinale a afirmativa correta.**

**A) O profissional da contabilidade em empresas pode ser empregado, contratado, parceiro, diretor, gerente-proprietário, mas nunca voluntário de organização empregadora.**

**B) A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao referido profissional.**

**C) Quanto mais alto o cargo do profissional de contabilidade, menor será a sua capacidade de influenciar as políticas, as decisões e as ações a serem tomadas em prol da organização empregadora.**

**D) Ao desenvolver atividades que não requerem a observância de estrutura de relatório relevante, o profissional da contabilidade estará impedido de exercer julgamento profissional que vise identificar a finalidade para a qual as informações serão usadas.**

**A) O profissional da contabilidade em empresas pode ser empregado, contratado, parceiro, diretor, gerente-proprietário, mas nunca voluntário de organização empregadora.**

**B) A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao referido profissional.**

**C) Quanto mais alto o cargo do profissional de contabilidade, menor será a sua capacidade de influenciar as políticas, as decisões e as ações a serem tomadas em prol da organização empregadora.**

**D) Ao desenvolver atividades que não requerem a observância de estrutura de relatório relevante, o profissional da contabilidade estará impedido de exercer julgamento profissional que vise identificar a finalidade para a qual as informações serão usadas.**

**A) O profissional da contabilidade em empresas pode ser empregado, contratado, parceiro, diretor, gerente-proprietário, mas nunca voluntário de organização empregadora.**

**B) A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao referido profissional.**

**C) Quanto mais alto o cargo do profissional de contabilidade, menor será a sua capacidade de influenciar as políticas, as decisões e as ações a serem tomadas em prol da organização empregadora.**

**D) Ao desenvolver atividades que não requerem a observância de estrutura de relatório relevante, o profissional da contabilidade estará impedido de exercer julgamento profissional que vise identificar a finalidade para a qual as informações serão usadas.**

**A) O profissional da contabilidade em empresas pode ser empregado, contratado, parceiro, diretor, gerente-proprietário, mas nunca voluntário de organização empregadora.**

**B) A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao referido profissional.**

**C) Quanto mais alto o cargo do profissional de contabilidade, menor será a sua capacidade de influenciar as políticas, as decisões e as ações a serem tomadas em prol da organização empregadora.**

**D) Ao desenvolver atividades que não requerem a observância de estrutura de relatório relevante, o profissional da contabilidade estará impedido de exercer julgamento profissional que vise identificar a finalidade para a qual as informações serão usadas.**

A) O profissional da contabilidade em empresas pode ser empregado, contratado, parceiro, diretor, gerente-proprietário, mas ~~nunca~~ voluntário de organização empregadora.

B) A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao referido profissional.

C) Quanto mais alto o cargo do profissional de contabilidade, ~~menor~~ será a sua capacidade de influenciar as políticas, as decisões e as ações a serem tomadas em prol da organização empregadora.

D) Ao desenvolver atividades que não requerem a observância de estrutura de relatório relevante, o profissional da contabilidade ~~estará impedido de exercer julgamento profissional~~ que vise identificar a finalidade para a qual as informações serão usadas.

## **GABARITO:**

**B) A forma legal da relação do profissional da contabilidade com a organização empregadora não tem qualquer relação com as responsabilidades éticas atribuídas ao referido profissional.**

## **Justificativa:**

**B) Correta, porque conforme a NBC PG 200 (R1), as responsabilidades éticas do contador empregado não dependem do tipo de vínculo empregatício, mas sim da sua atuação profissional. Ou seja, independentemente de ser CLT, prestador de serviço, sócio ou voluntário, ele deve seguir os princípios éticos da profissão..**

**Questão 42 (Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Ética e Legislação:**

**A NBC PG 100 (R1) dispõe sobre o cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual. De acordo com as disposições do Código de Ética Profissional dos Profissionais da Contabilidade, assinale a afirmativa INCORRETA.**

**A) A aplicação de salvaguardas é uma forma pela qual as ameaças podem ser tratadas.**

**B) As salvaguardas são medidas únicas, isoladas e adotadas, caso a caso, pelo profissional da contabilidade e extinguem completamente as ameaças.**

**C) A estrutura conceitual se aplica à identificação, à avaliação e ao tratamento tanto de ameaças à independência quanto de ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais.**

**D) A estrutura conceitual reconhece que políticas e procedimentos estabelecidos pela profissão, pela legislação, pela regulamentação, pela firma ou organização empregadora podem afetar a identificação de ameaças por parte do profissional de contabilidade.**

A) A aplicação de salvaguardas é uma forma pela qual as ameaças podem ser tratadas.

B) As salvaguardas são medidas únicas, isoladas e adotadas, caso a caso, pelo profissional da contabilidade e ~~extinguem completamente as ameaças~~.

C) A estrutura conceitual se aplica à identificação, à avaliação e ao tratamento tanto de ameaças à independência quanto de ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais.

D) A estrutura conceitual reconhece que políticas e procedimentos estabelecidos pela profissão, pela legislação, pela regulamentação, pela firma ou organização empregadora podem afetar a identificação de ameaças por parte do profissional de contabilidade.

**GABARITO: B**

## **Questão 8 (Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Ética e Legislação:**

**Na aplicação das sanções éticas, avalie os itens a seguir:**

**I. A gravidade da infração.**

**II. A punição ética anterior transitada em julgado.**

**III. A aplicação de salvaguardas.**

**IV. A ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.**

**Podem ser considerados agravantes os itens**

**A) I e II, apenas.**

**B) I, II e III.**

**C) I, II e IV.**

**D) II, III e IV.**

**I. A gravidade da infração.**

**II. A punição ética anterior transitada em julgado.**

**III. A aplicação de salvaguardas.**

**IV. A ação ou omissão que macule publicamente a imagem do contador.**

**Gabarito: C) I, II e IV.**

**Justificativa:**

**I. A NBC PG 01 considera a gravidade da infração como agravante na sanção ética**

**II. Se o profissional já foi punido anteriormente e voltou a cometer infrações, isso indica reincidência, o que agrava a penalidade, de acordo com a NBC PG 01.**

**IV. O Código de Ética determina que o contador deve zelar pela imagem e reputação da profissão. Se a infração prejudicar publicamente a classe contábil, a penalidade pode ser mais severa, de acordo com a NBC PG 01.**

## **Questão 9 (Exame de Suficiência 2024.1) - Ética e Legislação:**

**Avalie, com base no Código de Ética do contador, se os deveres do contador incluem, entre outros:**

**I. exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;**

**II. recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;**

**III. guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.**

**Está correto o que se afirma em:**

- A) I e II, apenas.**
- B) I e III, apenas.**
- C) II e III, apenas.**
- D) I, II e III.**

**I. exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;**

**II. recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;**

**III. guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.**

**I. exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;**

**II. recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;**

**III. guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.**

- I. exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- II. recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida;
- III. guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

**Justificativa: Todas as alternativas apresentam deveres que estão citados no Código de Ética, conforme o item 4.**

**Está correto o que se afirma em:**

- A) I e II, apenas.**
- B) I e III, apenas.**
- C) II e III, apenas.**
- D) I, II e III.**

## **(Questão 10, Exame de Suficiência 2024.1) - Ética e Legislação**

**A ética pode ser aplicada em praticamente todas as nossas ações. Em algumas, ela terá um peso maior que em outras e o importante é buscar agir de acordo com princípios morais e valores alinhados ao que consideramos mais justo para nós e para os outros. Isto é, pensar no que faz mais sentido para o contexto e a melhoria de todos e não apenas em nosso próprio ganho pessoal. <https://mariaceciliagomes.com.br/entendendo-etica-e-sua-importancia-na-vida-de-cada-um/>**

**Com base na reflexão, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):**

- ( ) No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.**
- ( ) Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.**
- ( ) A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros.**

**As afirmativas são, respectivamente,**

**A) V – V – V.**

**B) V – F – F.**

**C) F – V – V.**

**D) F – F – F.**

**( ) No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.**

**( ) Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.**

**( ) A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros.**

- ( ) No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.
- ( ) Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.
- ( ) A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros.

- ( ) No ambiente de trabalho, a ética é fundamental para garantir um ambiente saudável e produtivo entre as pessoas.
- ( ) Agir de forma ética pode ser ter uma postura respeitosa em relação aos colegas, clientes e fornecedores; manter a confidencialidade das informações e evitar conflitos de interesse.
- ( ) A ética envolve tomar decisões justas, cumprindo as leis e normas regulatórias e considerando o impacto de nossas ações em relação aos outros.

**Justificativa: Ser ético é fazer tudo aquilo que está correto e de acordo com a moral, o que envolve todas as alternativas citadas.**

**As afirmativas são, respectivamente,**

**A) V – V – V.**

**B) V – F – F.**

**C) F – V – V.**

**D) F – F – F.**

## **Questão 8 (Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2) - Ética e Legislação:**

**Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 8, avalie se nas propostas para a prestação de serviços profissionais devem constar explicitamente:**

- I. todos os serviços cobrados individualmente.**
- II. o valor de cada serviço.**
- III. a periodicidade.**
- IV. a forma de reajuste.**

**Estão corretos os itens:**

- A) I e II, apenas.**
- B) III e IV, apenas.**
- C) I, II e III, apenas.**
- D) I, II, III e IV.**

- I. todos os serviços cobrados individualmente.**
- II. o valor de cada serviço.**
- III. a periodicidade.**
- IV. a forma de reajuste.**

- I. todos os serviços cobrados individualmente.**
- II. o valor de cada serviço.**
- III. a periodicidade.**
- IV. a forma de reajuste.**

- I. todos os serviços cobrados individualmente.**
- II. o valor de cada serviço.**
- III. a periodicidade.**
- IV. a forma de reajuste.**

- I. todos os serviços cobrados individualmente.
- II. o valor de cada serviço.
- III. a periodicidade.
- IV. a forma de reajuste.**

- I. todos os serviços cobrados individualmente.
- II. o valor de cada serviço.
- III. a periodicidade.
- IV. a forma de reajuste.

**Justificativa:** Nas propostas para a prestação de serviços profissionais, devem constar, explicitamente, todos os serviços cobrados individualmente, o valor de cada serviço, a periodicidade e a forma de reajuste

**Estão corretos os itens:**

- A) I e II, apenas.**
- B) III e IV, apenas.**
- C) I, II e III, apenas.**
- D) I, II, III e IV.**

**(Questão 9, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2) - Ética e Legislação**

**Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 7, o contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando os elementos abaixo, à exceção de um. Assinale-o.**

- A) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.**
- B) A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.**
- C) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.**
- D) A peculiaridade de tratar-se de cliente imprevisto.**

## (Questão 9, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2) - Ética e Legislação

Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 7, o contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando os elementos abaixo, à exceção de um. Assinale-o.

- A) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.
- B) A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.
- C) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.
- D) A peculiaridade de tratar-se de cliente imprevisto.**

Justificativa: O termo "cliente imprevisto" não está definido no Código de Ética e não se encaixa nos critérios estabelecidos para a fixação de honorários. O código considera elementos objetivos e mensuráveis, como a complexidade do trabalho e o tempo necessário para sua execução. A imprevisibilidade de um cliente não é um fator que justifique a variação dos honorários.

## **(Questão 10, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2) - Ética e Legislação**

**A ética é fundamental no exercício da contabilidade, pois garante a integridade, a transparência e a confiança nas informações financeiras divulgadas, aspectos essenciais para o bom funcionamento das empresas e a estabilidade econômica. O papel da contabilidade na sociedade vai além do simples registro de transações, pois ela atua como um mecanismo de**

- A) controle.**
- B) auditoria.**
- C) manutenção.**
- D) aproximação.**

## **(Questão 10, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2) - Ética e Legislação**

**A ética é fundamental no exercício da contabilidade, pois garante a integridade, a transparência e a confiança nas informações financeiras divulgadas, aspectos essenciais para o bom funcionamento das empresas e a estabilidade econômica. O papel da contabilidade na sociedade vai além do simples registro de transações, pois ela atua como um mecanismo de**

- A) controle.**
- B) auditoria.**
- C) manutenção.**
- D) aproximação.**

**Justificativa: A contabilidade tem um papel fundamental no controle financeiro das empresas, ajudando a garantir que as operações estejam de acordo com as normas e regulamentos, além de fornecer informações precisas para a tomada de decisões.**

**(Questão 11, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2,) - Ética e Legislação**

**Avalie se o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 20, prevê as seguintes penalidades:**

- I. Advertência reservada;**
- II. Advertência pública;**
- III. Censura reservada;**
- IV. Censura pública.**

**Estão corretos os itens**

**A) I e II, apenas.**

**B) I, III e IV.**

**C) I, II e III.**

**D) II, III e IV.**

- I. Advertência reservada;**
- II. Advertência pública;**
- III. Censura reservada;**
- IV. Censura pública.**

- I. Advertência reservada;**
- II. Advertência pública;**
- III. Censura reservada;**
- IV. Censura pública.**

- I. Advertência reservada;**
- II. Advertência pública;**
- III. Censura reservada;**
- IV. Censura pública.**

- I. Advertência reservada;
- II. Advertência pública;
- III. Censura reservada;
- IV. Censura pública.

**Justificativa: A transgressão de preceito desta Norma constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades: advertência reservada; censura reservada; ou censura pública.**

**Estão corretos os itens**

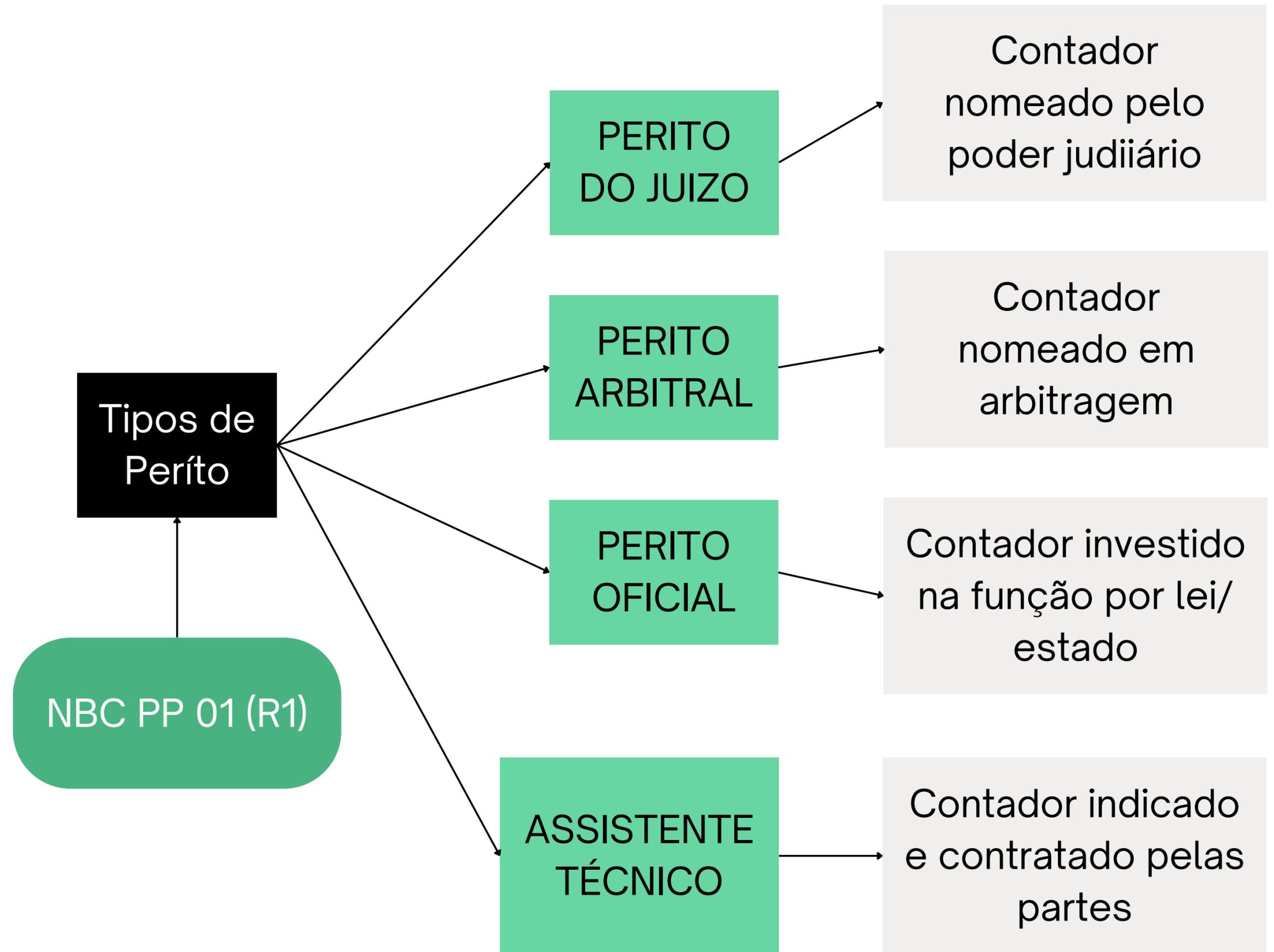
**A) I e II, apenas.**

**B) I, III e IV.**

**C) I, II e III.**

**D) II, III e IV.**

# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL



# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL

NBC PP 01 (R1)

Habilitação Profissional

Contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis

deve comprovar sua habilitação por intermédio de Certidão de Regularidade Profissional emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade ou do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do CFC

# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL

Objetivo - Situações fáticas ou circunstâncias circunstanciais que impossibilitam perito de exercer, regularmente, suas funções ou realizar atividade pericial em processo judicial ou extrajudicial, inclusive arbitral.

Impedimento

NBC PP 01 (R1)

Suspeição

Subjetiva - ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência

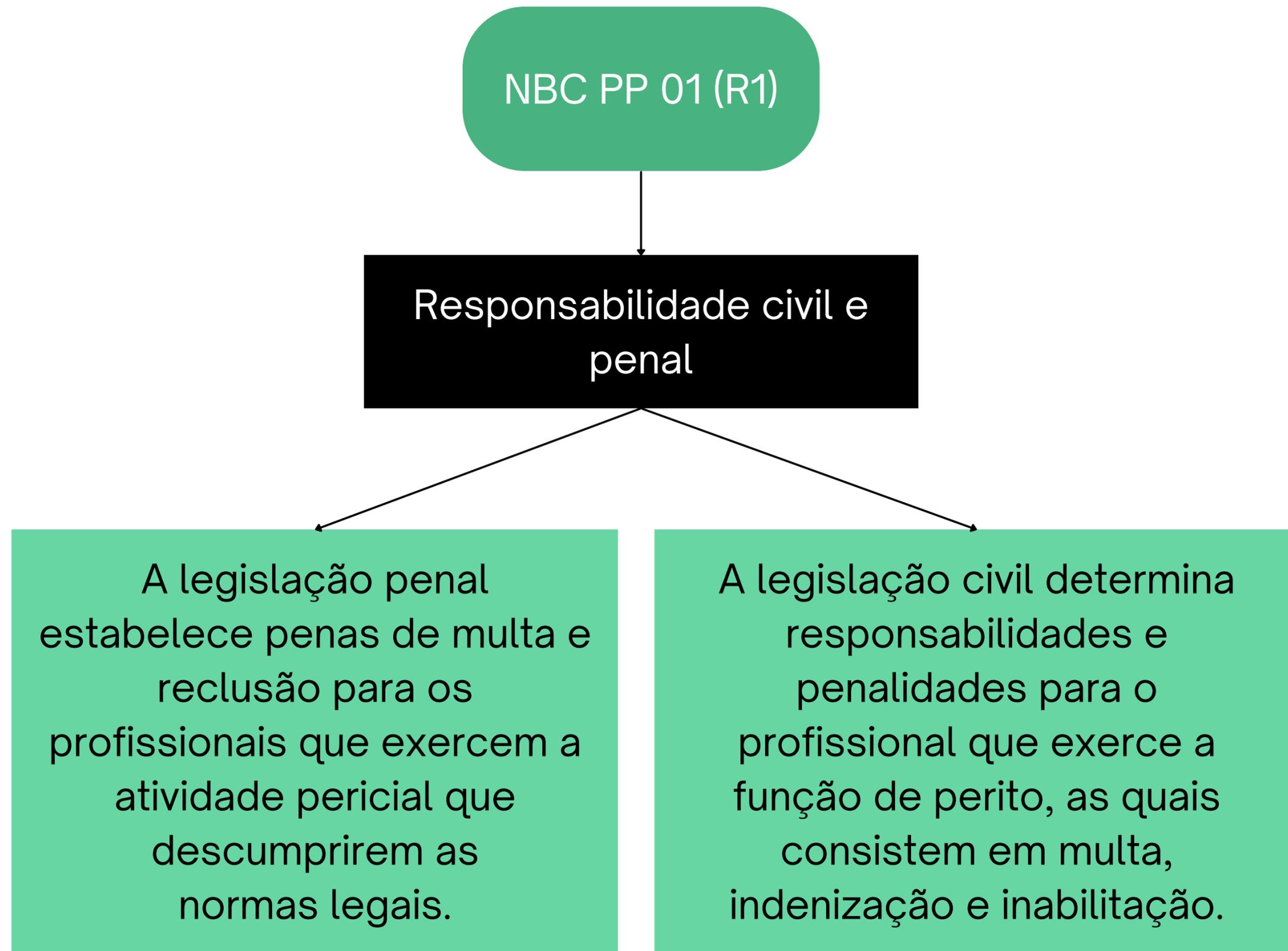
# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL

NBC PP 01 (R1)

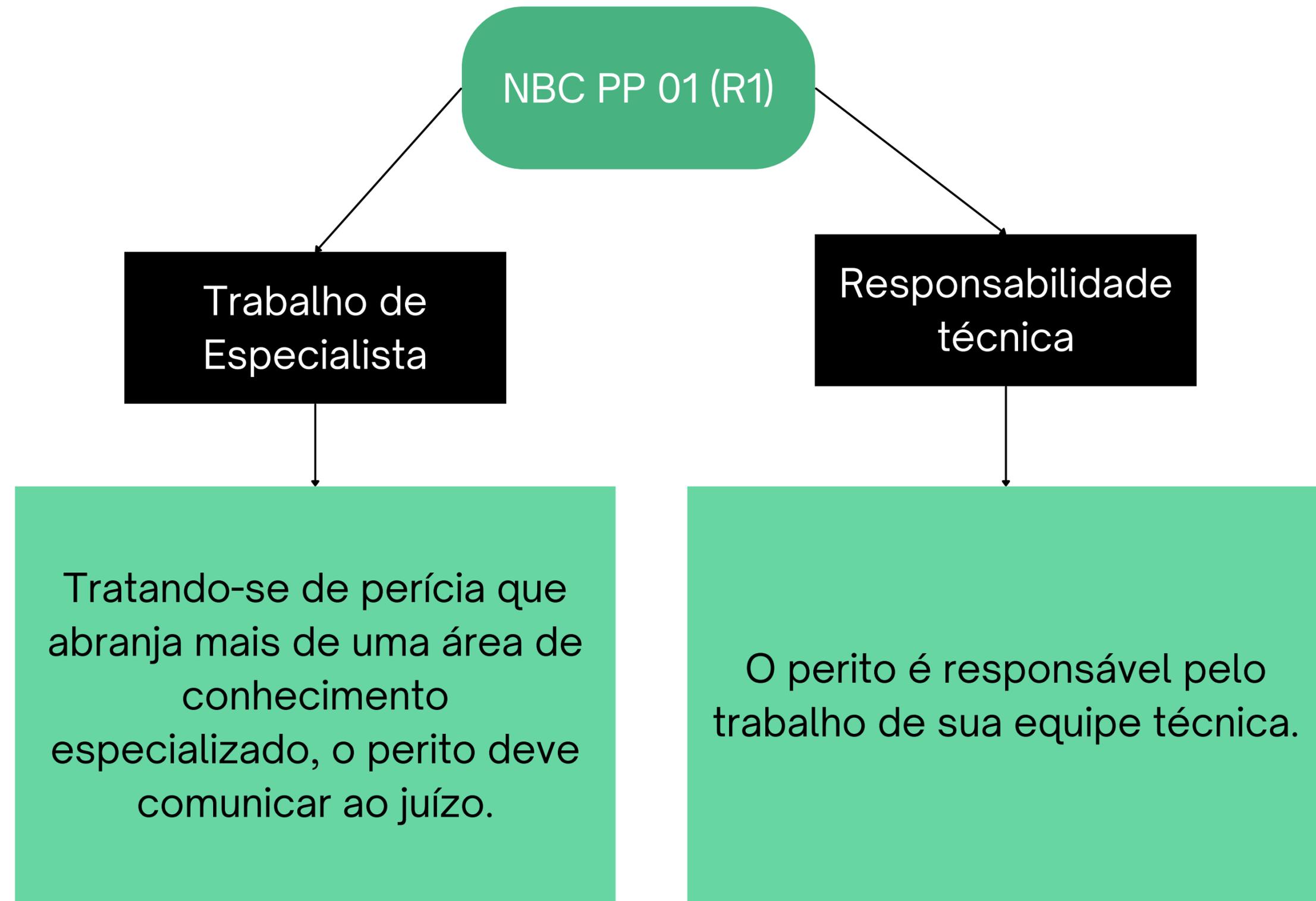
Motivos

- (a) ser amigo íntimo de qualquer das partes;
- (b) ser inimigo capital de qualquer das partes;
- (c) ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção;
- (d) ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges;
- (e) ser parceiro, empregador ou empregado de uma das partes;
- (f) aconselhar, de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão; e
- (g) houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes.

# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL



# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL



# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL

NBC PP 01 (R1)

Honorários

deve considerar, entre outros fatores: a relevância, o vulto o risco, a responsabilidade, a complexidade operacional, o pessoal técnico, o prazo estabelecido e a forma de recebimento

Não inclui:  
quesitos complementares ou suplementares; despesas com viagens, hospedagens, transporte, alimentação e outras despesas não estão inclusas na proposta de honorários e devem ser objeto de ressarcimento.

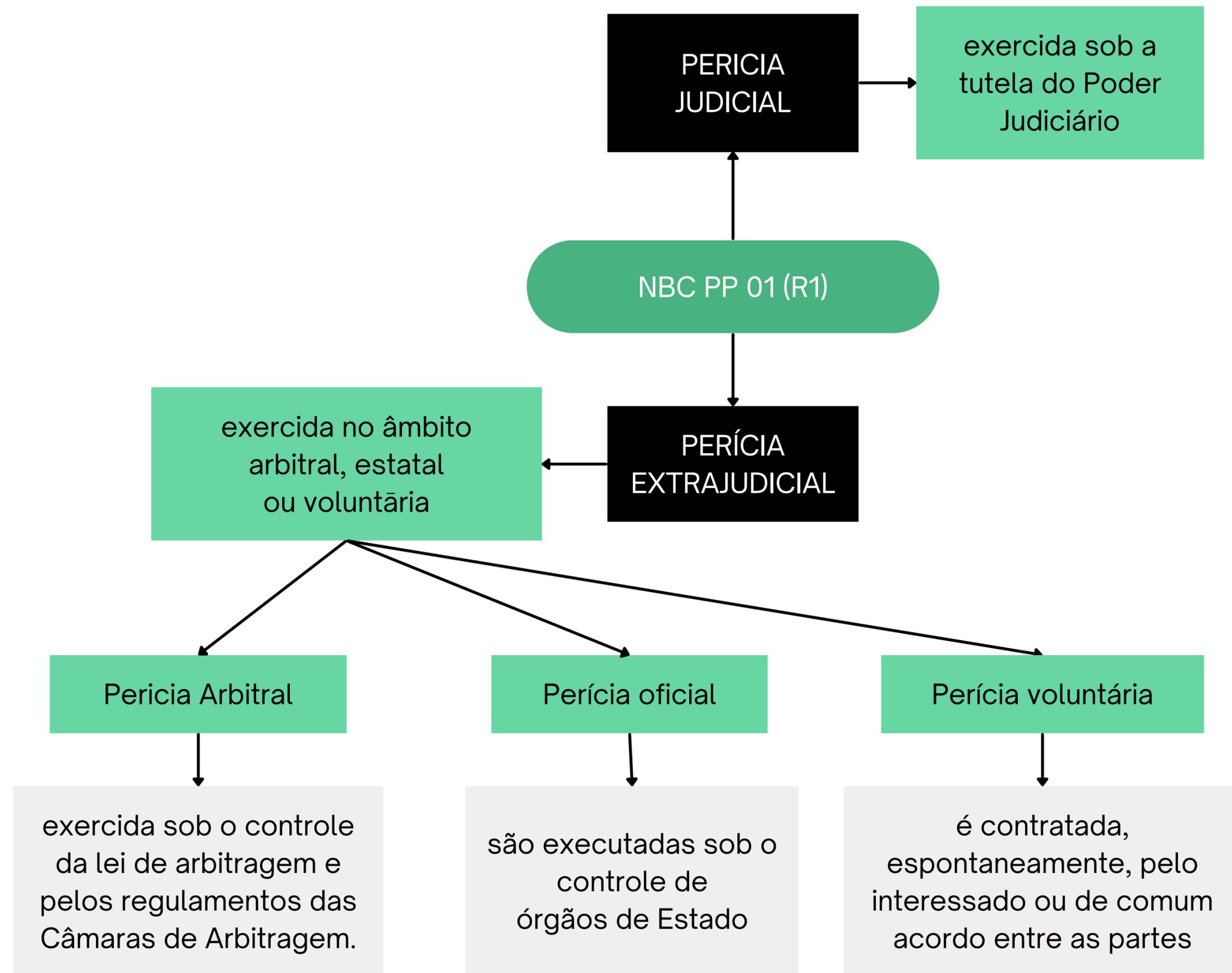
O perito nomeado pode requerer a liberação de até 50% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos, sendo defeso o perito receber honorários diretamente dos litigantes ou de seus procuradores ou prepostos, salvo disposição em contrário determinada pela autoridade competente.

Quando a perícia for considerada inconclusiva ou ineficiente, ou quando substituído, pode a autoridade competente determinar a redução ou devolução do valor dos honorários já recebidos.

# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL



# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL



# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL

## Procedimentos periciais

Vistoria

Indagação

Arbitramento

Mensuração

Certificação

Exame

Investigação

Testabilidade

Avaliação

é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial;

é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia;

é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico;

é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações;

é o ato de atestar a informação obtida na formação da prova pericial;

é a análise de livros, registros de transações e documentos;

é a pesquisa que busca constatar o que está oculto por quaisquer circunstâncias;

é a verificação dos elementos probantes juntados aos autos e o confronto com as premissas estabelecidas

é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;

# MAPA MENTAL PERÍCIA CONTÁBIL

Concluídos os trabalhos periciais, o perito nomeado deve apresentar laudo pericial contábil, e o assistente técnico pode oferecer seu parecer pericial contábil, obedecendo aos respectivos prazos legais e/ou contratuais.

## Laudo e Parecer Contábil

O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil devem ser elaborados somente por contador ou pessoa jurídica, se a lei assim permitir, que estejam devidamente registrados e habilitados.

A habilitação é comprovada por intermédio da Certidão de Regularidade Profissional emitida por Conselho Regional de Contabilidade ou do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.

Os peritos devem consignar, no final do laudo pericial contábil ou do parecer pericial contábil, de forma clara e precisa, as suas conclusões.

O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil são documentos escritos, que devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho



**TOTAL: 2 QUESTÕES**

**Quantidade de Questões de Perícia Contábil nas Edições do Enade 2018 e 2022**

## **(Questão 12, ENADE 2022) - Perícia Contábil**

**A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais pertinentes com a legislação específica. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1) – Norma Técnica de Perícia Contábil.**

**Considerando as regras e procedimentos técnicos que devem ser observados pelo perito contábil, avalie as afirmações a seguir:**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**É correto apenas o que se afirma em**

- A) I, II e III.**
- B) I, II e IV.**
- C) I, III e V.**
- D) II, IV e V.**
- E) III, IV e V.**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**Justificativa: O laudo e o parecer pericial contábil são documentos técnicos que registram o conteúdo da perícia. Eles devem contemplar o resultado final do trabalho realizado pelo perito contábil.**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**Justificativa: A afirmação "A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade" é incorreta. A perícia judicial é exercida sob a tutela do Poder Judiciário.**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**Justificativa: Sim, os procedimentos de perícia contábil abrangem exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. A perícia contábil é uma área especializada da contabilidade que usa técnicas investigativas e conhecimentos contábeis para resolver questões financeiras.**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**Justificativa: O perito-contador e o perito-contador assistente, enquanto estiverem de posse do processo ou de documentos, devem zelar pela sua guarda e segurança, e devem se ater ao prazo definido entre as partes.**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**Justificativa: Somente contadores devidamente registrados possuem a habilitação necessária para exercer atividades que envolvem a análise técnica contábil. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil devem ser elaborados por contador que esteja devidamente registrado e habilitado em CRC.**

**I. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.**

**II. A perícia judicial é aquela exercida sob a tutela do Conselho Federal de Contabilidade; enquanto a perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.**

**III. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.**

**IV. O perito-contador, enquanto estiver de posse do processo ou de documentos, deve zelar pela sua guarda e segurança, e para a execução da perícia contábil, deve ater-se ao prazo de 90 dias para a execução dos objetivos da perícia realizada.**

**V. A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.**

**É correto apenas o que se afirma em**

**A) I, II e III.**

**B) I, II e IV.**

**C) I, III e V.**

**D) II, IV e V.**

**E) III, IV e V.**

## **(Questão 15, ENADE 2018) - Perícia Contábil**

**Um empregado que trabalhou em uma empresa no período de 01/06/2014 a 30/11/2014 foi demitido. Ele moveu uma ação em processo trabalhista contra essa empresa, pois no cálculo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do INSS, ela não havia recolhido os encargos sociais incidentes sobre as gratificações recebidas. No processo, o ex-empregado da empresa apresentou os dados constantes da tabela a seguir.**

<b>Competência</b>	<b>Valor líquido no contracheque</b>	<b>Valor creditado em conta corrente</b>
junho/2014	R\$ 3 250,60	R\$ 5 250,60
julho/2014	R\$ 3 450,35	R\$ 5 450,35
agosto/2014	R\$ 3 319,85	R\$ 5 319,85
setembro/2014	R\$ 3 056,60	R\$ 5 056,60
outubro/2014	R\$ 3 256,15	R\$ 5 256,15
novembro/2014	R\$ 3 301,56	R\$ 5 301,56

**Apresentou, ainda, um e-mail enviado por um dos sócios da empresa, informando que ele receberia o montante de R\$ 2.000,00 mensais a título de gratificação por função. O juiz responsável pelo julgamento do processo designou um perito para análise da situação.**

**Considerando esses dados, bem como alíquotas de 8% de FGTS e de 25,5% de INSS e desconsiderando possíveis correções monetárias, assinale a opção correta.**

**A) O perito deverá solicitar à empresa as folhas de pagamento e o termo de rescisão desse empregado para verificar o reflexo das alíquotas do FGTS e do INSS não recolhidas sobre os proventos recebidos, incluindo nesse cálculo as verbas proporcionais e indenizatórias.**

**B) O total do FGTS devido ao empregado a título de gratificação por função, sem que se considerem os respectivos reflexos, é de R\$ 860,00, e o valor em aberto a título de INSS é de R\$ 3.060,00.**

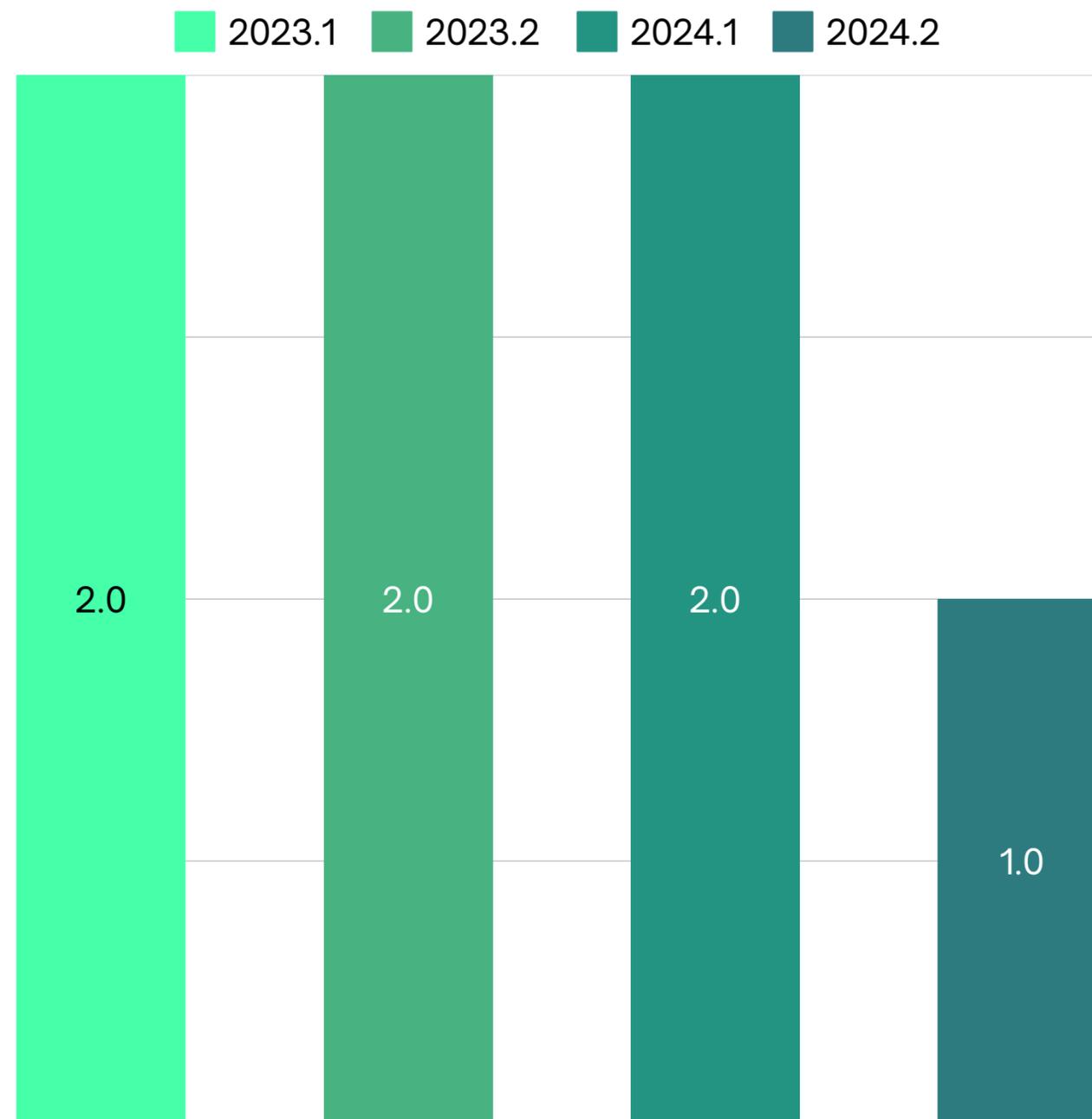
**C) O perito deverá informar, no laudo judicial, que o valor da gratificação não influenciará o cálculo de horas extras, caso tenham ocorrido em alguma competência.**

**D) O valor de 40% referente à multa rescisória não será levado em consideração no valor a ser recolhido do FGTS sobre as diferenças apuradas.**

**E) O ex-empregado terá direito a um valor adicional de R\$ 166,67 mensais a título de férias proporcionais ao tempo de serviço.**

**A) O perito deverá solicitar à empresa as folhas de pagamento e o termo de rescisão desse empregado para verificar o reflexo das alíquotas do FGTS e do INSS não recolhidas sobre os proventos recebidos, incluindo nesse cálculo as verbas proporcionais e indenizatórias.**

**Justificativa: O perito é o assistente judicial que realizará esclarecimentos, a partir da análise do caso e do que foi solicitado pelo juiz, para que o processo tenha a decisão mais justa possível. Em sede de recolhimento tributário e de impostos trabalhistas, é importante que o perito solicite as folhas de pagamento para verificação das alíquotas para sua inserção no cálculo das verbas.**



**TOTAL: 7 QUESTÕES**

**Quantidade de Questões de Perícia Contábil nas Edições do Exame de 2023 e 2024**

**(Questão 47, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) -  
Perícia Contábil**

**Ariovaldo, profissional graduado em ciências contábeis e com vasta experiência na área, foi legalmente nomeado perito judicial. Ao iniciar os trabalhos, Ariovaldo percebe que, para elaboração do Laudo e respostas aos quesitos formulados pelas partes, não se fazem necessários conhecimentos técnicos ou científicos especializados, mas, tão somente, planilhamento de lançamentos a débito e a crédito existentes em 72 contas bancárias do investigado, além de apuração dos montantes movimentados em todas as contas pelo período de 5 anos.**

**Considerando o grande volume de trabalho, haja vista que todos os extratos bancários foram disponibilizados em meio físico (impressos), o fato de outros servidores do judiciário ou mesmo de outros órgãos públicos serem capazes de fazer o planilhamento e a apuração dos saldos movimentados, as disposições do Código de Processo Civil e, unicamente, as informações anteriormente disponibilizadas, Ariovaldo deve:**

- A) Alegar impedimento e recusar o trabalho.**
- B) Escusar-se do encargo alegando justo motivo.**
- C) Empregar toda diligência exigida e, no prazo acordado, entregar seu trabalho.**
- D) Declarar possibilidade de suspeição, pois esse tipo de trabalho tem grande probabilidade de erro.**

## **C) Empregar toda diligência exigida e, no prazo acordado, entregar seu trabalho.**

**Justificativa:** Ariovaldo, como perito judicial, deve empregar toda diligência exigida e, no prazo acordado, entregar seu trabalho, em obediência ao disposto no art. 157, caput do CPC, sob pena de ser substituído e sofrer sanção profissional, multa e restituir os valores recebidos pelo trabalho não realizado (art. 468, II e parágrafos, CPC).

***Art. 157. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.***

***II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.***

**(Questão 48, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.1, CONSULPLAN) -  
Perícia Contábil**

**Mário, formado em direito e em ciências contábeis, já atuou como perito judicial designado em inúmeras periciais contábeis requisitadas pelo Poder Judiciário. Profundo conhecedor, também, de direito tributário, foi aprovado em concurso público, devidamente empossado, tornando-se membro do Ministério Público. Considerando as disposições do Código de Processo Civil e, unicamente, as informações anteriormente disponibilizadas, assinale a afirmativa correta.**

- A) Por ter se tornado membro do Ministério Público, Mário está impedido de atuar como perito judicial.**
- B) Se Mário tornou-se membro do Ministério Público Federal, ele poderá atuar como perito judicial na esfera estadual.**
- C) Mário poderá atuar como perito judicial na área contábil, pois o concurso para o qual foi aprovado se deve à sua formação em direito.**
- D) Desde que os trabalhos periciais não tenham ligação com as causas nas quais ele atua no Ministério Público, não há impedimento para que Mário atue como perito judicial.**

**A) Por ter se tornado membro do Ministério Público, Mário está impedido de atuar como perito judicial.**

**Justificativa: Segundo o Código de Processo Civil:**

**Art. 148. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição:**

**I - ao membro do Ministério Público;**

**II - aos auxiliares da justiça;**

**III - aos demais sujeitos imparciais do processo.**

**(Questão 47, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2,  
CONSULPLAN) - Perícia Contábil**

**Recentemente contratado pela empresa Alpha, em análise à documentação que lhe foi entregue, determinado contador, com vasta experiência em perícia contábil, se deparou com algumas situações peculiares; analise-as.**

**I. A empresa Alpha efetuou a retenção das contribuições previdenciárias de seus colaboradores (empregados) durante todo o exercício de 2021 e nos seis primeiros meses de 2022. Contudo, não efetuou o devido recolhimento desses valores à Previdência Social. O contador alertou os responsáveis legais da empresa e aconselhou que eles, espontaneamente, confessassem e efetuassem o recolhimento do montante legalmente devido. Contudo, uma vez que já havia o recebimento de denúncia criminal, conforme disposição legal, a pretensão punitiva do Estado não seria suspensa ou extinta.**

I. A empresa Alpha efetuou a retenção das contribuições previdenciárias de seus colaboradores (empregados) durante todo o exercício de 2021 e nos seis primeiros meses de 2022. Contudo, não efetuou o devido recolhimento desses valores à Previdência Social. O contador alertou os responsáveis legais da empresa e aconselhou que eles, espontaneamente, confessassem e efetuassem o recolhimento do montante legalmente devido. Contudo, uma vez que já havia o recebimento de denúncia criminal, conforme disposição legal, a pretensão punitiva do Estado não seria suspensa ou extinta.

**Justificativa:** De acordo com o Código Penal, a punibilidade não se extingue pela renúncia do direito de punir, se já houve o recebimento da denúncia criminal. Visto que a empresa Alpha já havia sido denunciada criminalmente por não ter recolhido os tributos devidos, mesmo que os responsáveis efetuassem o recolhimento do montante devido, a pretensão punitiva do Estado não seria suspensa ou extinta. O objetivo é garantir que o Estado tenha a possibilidade de punir os crimes, mesmo que o infrator se arrependa e tente reparar o dano causado.

**II. Lourenço, dono da empresa Alpha, vendeu determinado imóvel de sua propriedade para Giovanna, não efetuando prova de quitação dos tributos incidentes sobre o bem negociado e, Giovanna, por sua vez, não fez o devido registro da negociação do imóvel junto ao cartório e nem comunicou a aquisição junto à prefeitura. Posteriormente à venda, verificou-se que havia débitos inadimplidos de IPTU de anos anteriores à realização do negócio. Nessa situação, o contador alertou Lourenço sobre a autoridade pública competente exigir legalmente o cumprimento de obrigações inadimplidas de IPTU.**

**II. Lourenço, dono da empresa Alpha, vendeu determinado imóvel de sua propriedade para Giovanna, não efetuando prova de quitação dos tributos incidentes sobre o bem negociado e, Giovanna, por sua vez, não fez o devido registro da negociação do imóvel junto ao cartório e nem comunicou a aquisição junto à prefeitura. Posteriormente à venda, verificou-se que havia débitos inadimplidos de IPTU de anos anteriores à realização do negócio. Nessa situação, o contador alertou Lourenço sobre a autoridade pública competente exigir legalmente o cumprimento de obrigações inadimplidas de IPTU.**

**Justificativa: De acordo com o Art. 1.245 do Código Civil, a propriedade imobiliária transfere-se entre vivos mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. Portanto, enquanto o imóvel não for registrado no cartório, o vendedor continua responsável pelo pagamentos dos tributos, inclusive o IPTU. O contador está correto em alertar Lourenço sobre o direito de a autoridade pública exigir dele o pagamento do IPTU atrasado.**

**III. A construção de uma clínica de recuperação de dependentes químicos na zona rural de determinado município provocou a desvalorização do sítio de propriedade de Lourenço, dono da empresa Alpha, que o vendeu com enorme prejuízo. No mesmo ano, ele adquiriu outro imóvel na mesma cidade e o vendeu pelo triplo do valor de aquisição. Nessa situação, por se tratar do mesmo exercício, Lourenço poderá compensar o ganho de capital obtido com a venda do segundo imóvel e o prejuízo advindo da venda do sítio na declaração anual do seu imposto de renda.**

**III. A construção de uma clínica de recuperação de dependentes químicos na zona rural de determinado município provocou a desvalorização do sítio de propriedade de Lourenço, dono da empresa Alpha, que o vendeu com enorme prejuízo. No mesmo ano, ele adquiriu outro imóvel na mesma cidade e o vendeu pelo triplo do valor de aquisição. Nessa situação, por se tratar do mesmo exercício, Lourenço poderá compensar o ganho de capital obtido com a venda do segundo imóvel e o prejuízo advindo da venda do sítio na declaração anual do seu imposto de renda.**

**Justificativa: Não existe previsão legal para compensação de prejuízos de operações anteriores no que diz respeito à apuração de imposto de renda sobre Ganho de Capital.**

**Está correto o que se afirma em**

**A) I, II e III.**

**B) II, apenas.**

**C) III, apenas.**

**D) I e II, apenas.**

(Questão 48, Exame de Suficiência De Contabilidade 2023.2, CONSULPLAN) - Perícia Contábil

Considerando as disposições do Código de Processo Civil aplicáveis à Perícia Contábil, assinale a afirmativa correta.

A) A prova pericial é resultado de trabalhos de alta complexidade e não deve ser, jamais, confundida ou relacionada a trabalhos de vistoria e avaliação.

B) Se o ponto controverso de determinado fato a ser apurado for de extrema complexidade, o juiz deverá, de ofício ou a requerimento das partes, apenas inquirir especialistas.

C) Quando a prova de determinado fato não depender de conhecimento especial de técnico, as provas produzidas forem suficientes para convicção do juiz ou a verificação dos fatos a serem apurados for impraticável, o juiz indeferirá a realização de perícia.

D) Quando a prova do fato a ser apurado depender de conhecimento técnico e científico, mesmo que de menor complexidade, o juiz estará obrigado a determinar a elaboração de prova pericial, não podendo dispensar a assistência de perito ou determinar a adoção de trabalho técnico simplificado.

C) Quando a prova de determinado fato não depender de conhecimento especial de técnico, as provas produzidas forem suficientes para convicção do juiz ou a verificação dos fatos a serem apurados for impraticável, o juiz indeferirá a realização de perícia.

Justificativa: De acordo com o art 464 do CPC diz que juiz indeferirá a perícia quando:

- I - a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico;
- II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;
- III - a verificação for impraticável.

(Questão 49, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Perícia Contábil

Acerca dos procedimentos periciais, julgue as afirmativas a seguir, considerando as disposições da NBC TP 01 (R1) – PERÍCIA CONTÁBIL:

- I. Indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.
- II. Arbitramento é a determinação de valores e quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
- III. Vistoria é a análise de livros, registros de transações e documentos.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) I e II.

- I. Indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.
- II. Arbitramento é a determinação de valores e quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
- III. Vistoria é a análise de livros, registros de transações e documentos.

Está correto apenas o que se afirma em  
(D) I e II.

Justificativa: Vistoria é a diligência de comprovação de fato. O correto seria EXAME no lugar da palavra VISTORIA

(Questão 50, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.1, FGV) - Perícia Contábil

No que tange ao conceito de honorários da perícia contábil, é correto afirmar, com base na NBC PP 01 (R1) – PERITO CONTÁBIL, que

- A) os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil.
- B) ainda que a perícia seja considerada inconclusiva ou ineficiente, não há hipótese prevista em lei que determine a devolução parcial ou total dos valores recebidos.
- C) o perito nomeado pode requerer a liberação de até 30% dos honorários depositados, quando julgar necessário para o custeio antes do início dos trabalhos.
- D) na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar, entre outros fatores: quem será o magistrado da causa; quem são as partes da causa; a complexidade da matéria e o prazo estabelecido para o recebimento dos honorários.

A) os honorários periciais fixados ou arbitrados e não quitados podem ser executados, judicialmente, pelo perito em conformidade com os dispositivos do Código de Processo Civil.

Justificativa: Se fixou honorário, realizou o trabalho e não foi pago, pode fazer uma execução de acordo com o código de Processo Civil. Isso esta na **NBC PP 01**

(Questão 50, Exame de Suficiência De Contabilidade 2024.2, FGV) - Perícia Contábil

A perícia contábil é essencial para garantir uma solução justa e fundamentada em litígios, tanto judiciais quanto extrajudiciais, ao fornecer uma análise técnica e científica acerca dos fatos envolvidos. De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, o principal objetivo da perícia contábil no contexto judicial e extrajudicial é

- A) avaliar o desempenho financeiro das empresas envolvidas no litígio.
- B) fornecer elementos de prova necessários para subsidiar a justa solução do litígio.
- C) estabelecer a culpa das partes envolvidas no processo.
- D) emitir pareceres financeiros para fins de auditoria interna.

B) fornecer elementos de prova necessários para subsidiar a justa solução do litígio.

Justificativa: O principal objetivo da perícia contábil é esclarecer e fornecer informações técnicas e especializadas sobre questões financeiras e contábeis em situações que envolvem litígios, disputas ou investigações. Ela visa analisar, interpretar e apresentar dados contábeis de forma imparcial, com o intuito de auxiliar na resolução de questões jurídicas, como fraudes, inadimplências, disputas tributárias, entre outras.